

The background of the image is a photograph of a legal or professional setting. It features a gold-colored brass balance scale on the left side. In the center, a person's hands are visible; one hand is resting on a dark surface, and the other is holding a fountain pen over an open book or document. The lighting is warm and focused on the hands and the scale.

2º SIMULADO REGULAR DE **PROCURADORIAS**

Simulado DPE-BA Defensor

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas nos concursos de Procuradorias;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base nos perfis das bancas organizadoras, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-Regular-de-Procuradoria-03-07>

01 – A B C D E	21 – A B C D E	41 – A B C D E	61 – A B C D E	81 – A B C D E
02 – A B C D E	22 – A B C D E	42 – A B C D E	62 – A B C D E	82 – A B C D E
03 – A B C D E	23 – A B C D E	43 – A B C D E	63 – A B C D E	83 – A B C D E
04 – A B C D E	24 – A B C D E	44 – A B C D E	64 – A B C D E	84 – A B C D E
05 – A B C D E	25 – A B C D E	45 – A B C D E	65 – A B C D E	85 – A B C D E
06 – A B C D E	26 – A B C D E	46 – A B C D E	66 – A B C D E	86 – A B C D E
07 – A B C D E	27 – A B C D E	47 – A B C D E	67 – A B C D E	87 – A B C D E
08 – A B C D E	28 – A B C D E	48 – A B C D E	68 – A B C D E	88 – A B C D E
09 – A B C D E	29 – A B C D E	49 – A B C D E	69 – A B C D E	89 – A B C D E
10 – A B C D E	30 – A B C D E	50 – A B C D E	70 – A B C D E	90 – A B C D E
11 – A B C D E	31 – A B C D E	51 – A B C D E	71 – A B C D E	91 – A B C D E
12 – A B C D E	32 – A B C D E	52 – A B C D E	72 – A B C D E	92 – A B C D E
13 – A B C D E	33 – A B C D E	53 – A B C D E	73 – A B C D E	93 – A B C D E
14 – A B C D E	34 – A B C D E	54 – A B C D E	74 – A B C D E	94 – A B C D E
15 – A B C D E	35 – A B C D E	55 – A B C D E	75 – A B C D E	95 – A B C D E
16 – A B C D E	36 – A B C D E	56 – A B C D E	76 – A B C D E	96 – A B C D E
17 – A B C D E	37 – A B C D E	57 – A B C D E	77 – A B C D E	97 – A B C D E
18 – A B C D E	38 – A B C D E	58 – A B C D E	78 – A B C D E	98 – A B C D E
19 – A B C D E	39 – A B C D E	59 – A B C D E	79 – A B C D E	99 – A B C D E
20 – A B C D E	40 – A B C D E	60 – A B C D E	80 – A B C D E	100 – A B C D E

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcel Torres

01. Acerca da regra constitucional de competência para dirimir conflitos, segundo a Jurisprudência do STF, é **incorreto** afirmar:

- a) A ausência de competência para processar e julgar ações penais não retira da justiça laboral a competência para apreciar Habeas Corpus quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- b) Compete à Justiça do Trabalho julgar ação civil pública na qual se discute questões relativas à saúde, à higiene e à segurança do trabalho.
- c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demandas em que se discute o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores públicos regidos pelo regime estatutário.
- d) Compete à Justiça Comum julgar ação em que se discute a reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea.
- e) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ações relativas às verbas trabalhistas referentes ao período em que o servidor mantinha vínculo celetista com a Administração, antes da transposição para o regime estatutário.

02. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta quanto ao fornecimento de medicamentos pelo Poder Público.

I. O Estado deve fornecer, excepcionalmente, medicamento que não possua registro na Anvisa, desde que comprovada a incapacidade econômica do paciente, a imprescindibilidade clínica do tratamento, e a impossibilidade de substituição por outro similar que integre o SUS.

II. Constitui obrigação do poder público o fornecimento de medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS, desde que, dentre outros requisitos cumulativos, o medicamento possua registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

III. Constitui obrigação do poder público o fornecimento de medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS, ainda que não demonstrada incapacidade financeira.

Estão corretos, apenas, os itens:

- a) I.
- b) II.
- c) I e III.
- d) III.
- e) I, II e III.

03. Conforme a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional lei estadual que, ao tratar sobre matéria de competência concorrente, faz remissão simples à aplicação das regras previstas em Lei Federal.
- b) São inconstitucionais as restrições ao exercício da advocacia aos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público previstas na legislação ordinária.
- c) É constitucional norma de constituição estadual que veda aos municípios a possibilidade de alterarem destinação, os fins e os objetivos originários de loteamentos definidos como áreas verdes ou institucionais.
- d) É constitucional legislação estadual que impeça as operadoras de planos de saúde de recusarem o atendimento ou a prestação de alguns serviços, no âmbito de seu território, aos usuários diagnosticados ou suspeitos de estarem com Covid-19, em razão de período de carência contratual vigente.
- e) É inconstitucional preceito de lei estadual que estabeleça prazo máximo de 24 horas para as empresas de plano de saúde regionais autorizarem ou não solicitações de exames e procedimentos cirúrgicos em seus usuários que tenham mais de sessenta anos.

04. Quanto à mutação constitucional, assinale a alternativa correta:

- I. A mutação constitucional é manifestação do Poder Constituinte Difuso, transmudando-se em poder de fato que altera informalmente as normas constitucionais.
- II. A mutação constitucional provoca alteração no texto constitucional através da observância das normas do processo legislativo previstas na Constituição Federal.
- III. A mutação constitucional ocorre de forma espontânea e através de mecanismos informais, como os costumes constitucionais.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.

05. Segundo entendimento doutrinário tradicional, Constituição total é:

- a) a Constituição que acompanha a perda do centro ordenador do estado e refletir o pluralismo social, político e econômico.
- b) a Constituição que apenas serve de limites para a atividade legislativa.
- c) a Constituição que regula todos os aspectos da vida social, estando à disposição do poder legislativo.
- d) um resultado da concepção de Constituição culturalista, que se apresenta como produto de um fato cultural, produzido pela sociedade e que nela pode influir.
- e) o termo utilizado para indicar o compêndio de Constituição e Leis Constitucionais.

06. Acerca do Habeas Data, é correto afirmar que:

- a) A ação de habeas data visa à proteção da privacidade do indivíduo contra abuso no registro e/ou revelação de dados pessoais falsos ou equivocados, se revelando meio idôneo para se obter vista de processo administrativo.
- b) A prova do anterior indeferimento do pedido de informação de dados pessoais, ou da omissão em atendê-lo, não constitui requisito indispensável para que se concretize o interesse de agir no habeas data.
- c) O habeas data é via processual inadequada ao atendimento de pretensão do autor de sustar a publicação de matéria em sítio eletrônico.
- d) O habeas data não é garantia constitucional adequada para a obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.
- e) O habeas data se presta para solicitar informações relativas a terceiros.

07. Marque a alternativa incorreta:

- a) Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular.
- b) O mandado de segurança não substitui a ação popular.
- c) A competência para julgar ação popular contra ato de qualquer autoridade, até mesmo do presidente da República, é, via de regra, do juízo competente de primeiro grau.
- d) É desnecessária a observância no inquérito civil dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- e) São plenas as exigências de contraditório na fase interna do procedimento de tomada de contas especial, pois já existe um processo que tem por finalidade julgar a regularidade das condutas e a responsabilidade dos agentes.

08. Acerca da Política Urbana como tratada na Constituição Federal Brasileira de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição, em matéria de Direito Urbanístico, conferiu protagonismo aos Municípios na concepção e execução dessas políticas públicas ao atribuir aos Poderes Públicos municipais a edição dos planos diretores, como instrumentos de política urbana.
- b) Os Municípios com mais de vinte mil habitantes e o Distrito Federal só podem legislar sobre programas e projetos específicos de ordenamento do espaço urbano por meio do plano diretor.
- c) É constitucional a lei municipal que tenha estabelecido, mesmo antes da EC 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU.
- d) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, facultativo para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- e) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas na lei orgânica.

09. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições:

- a) controlar e fiscalizar ações de vigilância sanitária e epidemiológica.
- b) ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
- c) incrementar, em sua área de atuação, a produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
- d) controlar e fiscalizar a proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
- e) participar da formulação da política agropecuária.

10. O vício de inconstitucionalidade que tem origem por violação de regra de iniciativa pode ser classificado como Inconstitucionalidade:

- a) Progressiva.
- b) Orgânica.
- c) Material.
- d) Formal Objetiva.
- e) Formal Subjetiva.

11. O vício de inconstitucionalidade verificado no processo legislativo por violação do quórum legalmente exigido pode ser classificado como Inconstitucionalidade:

- a) Progressiva.
- b) Orgânica.
- c) Material.
- d) Formal Objetiva.
- e) Chapada.

12. A declaração de inconstitucionalidade de norma não impugnada em momento posterior ao julgamento de ação de controle concentrado que reconhece a inconstitucionalidade de norma da qual a norma não impugnada dependa e com a qual guarda relação de instrumentalidade configura o reconhecimento da inconstitucionalidade:

- a) Progressiva.
- b) Por atração.
- c) Superveniente.
- d) Enlouquecida.
- e) Chapada.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

13. Conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca do processo administrativo disciplinar, é correto afirmar que

- a) No processo administrativo disciplinar, a alteração da capitulação legal imputada ao acusado enseja nulidade, uma vez que compromete a defesa do indiciado, violando seu direito ao contraditório e à ampla defesa.
- b) Em razão do poder-dever de autotutela da Administração, eventuais irregularidades ocorridas na sindicância contaminam o processo administrativo disciplinar instaurado posteriormente, ensejando sua nulidade.
- c) É permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, ainda que sem sindicância prévia, tendo em vista o poder-dever de autotutela imposto à Administração.
- d) Não é possível, via mandado de segurança, valorar a congruência entre a conduta apurada e a capitulação da pena de demissão aplicada no processo administrativo disciplinar, por demandar dilação probatória.
- e) O mandado de segurança não é a via adequada para o exame da suficiência do conjunto fático-probatório constante do processo administrativo disciplinar.

14. Acerca das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, é incorreto afirmar que

- a) Para qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado não podem ter fins lucrativos, devem ter sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos em lei.
- b) As instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devotionais e confessionais não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem à promoção do voluntariado.
- c) Não constituem impedimento à qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

as operações destinadas a microcrédito realizadas com instituições financeiras na forma de recebimento de repasses, venda de operações realizadas ou atuação como mandatárias.

d) De acordo com o TCU, a firmatura de termo de parceria por órgãos ou entidades da Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público demanda licitação.

e) É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

15. Sobre o Controle da Administração Pública, é correto afirmar que

- a) Em razão do princípio da segurança jurídica, de acordo com o STF, os tribunais de contas devem apreciar a legalidade dos atos de aposentadoria, reforma ou pensão no prazo de cinco anos a contar da data da concessão do benefício.
- b) Cabe ao TCU apreciar a legalidade das nomeações para cargo de provimento em comissão na administração direta e indireta.
- c) De acordo com o STF é constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- d) De acordo com a CF, ao apreciar as contas prestadas pelo Poder Executivo federal, cabe ao Tribunal de Contas da União sustar imediatamente os contratos eivados de irregularidades que resultem em prejuízo ao erário.
- e) É possível a extinção de tribunal de contas dos municípios mediante promulgação de emenda à Constituição estadual.

16. Com base nas disposições da nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, assinale a opção correta.

- a) A nova lei de licitações, Lei 14.133/2021, estabelece normas gerais de licitações e contratos para os entes da Administração Pública direta, bem como suas autarquias, empresas públicas e fundações públicas.
- b) O contrato cujo instrumento tenha sido assinado antes da entrada em vigor da Lei 14.133/2021 continuará a ser regido de acordo com as regras previstas na legislação revogada.
- c) Os Municípios com até 30.000 habitantes terão o prazo de 6 anos, contado da data de publicação da Lei 14.133/2021, para cumprimento das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.
- d) A nova lei de licitações, Lei 14.133/2021, aplica-se aos contratos de prestação de serviços realizados pelos Estados, salvo os serviços técnico-profissionais especializados.
- e) Os Municípios com até 20.000 habitantes terão o prazo de 8 anos, contado da data de publicação da Lei 14.133/2021, para cumprimento da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica.

17. Com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre concursos públicos, assinale a opção incorrecta.

- a) É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.
- b) A exclusão do candidato, que concorre à vaga reservada em concurso público, pelo critério da heteroidentificação, seja pela constatação de fraude, seja pela aferição do fenótipo ou por qualquer outro fundamento, exige o franqueamento do contraditório e da ampla defesa.
- c) Nos casos de preterição de candidato na nomeação em concurso público, o termo inicial do prazo prescricional quinquenal recai na data da homologação do concurso público.
- d) Compete à Justiça comum processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública, direta

e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal.

- e) A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público não gera direito à indenização, ainda que a demora tenha origem em erro reconhecido pela própria Administração Pública.

18. No que diz respeito ao tema Organização Administrativa, assinale a alternativa correta

- a) É inaplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.
- b) As empresas estatais não se submetem à aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação, por se sujeitarem ao regime jurídico próprio das empresas privadas.
- c) Os Conselhos Profissionais, enquanto autarquias corporativas criadas por lei com outorga para o exercício de atividade típica do Estado devem adotar o regime jurídico único, vedada a adoção da legislação trabalhista para contratação de seus servidores.
- d) É imprescindível a autorização legislativa para a alienação do controle acionário de subsidiárias e controladas das empresas públicas e sociedades de economia.
- e) Lei estadual pode determinar que o regime jurídico celetista incida sobre as relações de trabalho estabelecidas no âmbito de fundações públicas, com personalidade jurídica de direito privado, destinadas à prestação de serviços de saúde.

19. Acerca do regime de licitações previsto na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que

- a) Para os fins da Lei 14.133/2021, considera-se entidade a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública.
- b) Nas licitações e contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação oriundos de organismo financeiro de que o Brasil seja parte, podem ser admitidas condições decorrentes de acordos internacionais aprovados pelo Presidente da República e ratificados pelo Congresso Nacional.
- c) A documentação para contratação de empréstimo oriundo de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o Brasil seja parte será encaminhada ao Congresso Nacional para sua autorização.
- d) Os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública não se subordinam ao regime da nova lei de licitações.
- e) Não se subordinam ao regime da Lei 14.133/2021 as contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

20. Determinado servidor público foi condenado por sentença em ação civil pública, pela prática do ato de improbidade de frustrar a licitude de processo licitatório, previsto no artigo 10 da Lei n.^º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa). Nessa situação hipotética, nos termos da jurisprudência do STJ, o elemento subjetivo do condenado foi

- a) ao menos culpa e houve efetivo dano ao erário;
- b) dolo e houve ao menos potencialidade de dano ao erário;
- c) ao menos culpa, sendo indispensável a comprovação da potencialidade de dano ao erário;
- d) dolo, sendo dispensável a comprovação do dano ao erário;
- e) ao menos culpa, sendo dispensável a comprovação do dano ao erário.

21. Acerca do tema Responsabilidade Civil do Estado, é incorreto afirmar que

- a) Concessionária de rodovia não responde por roubo e sequestro ocorridos nas dependências de estabelecimento por ela mantido para a utilização de usuários.
- b) Se a esposa acerta com uma facada letal em seu esposo que está imobilizado, sob a custódia da polícia, estará configurada a responsabilidade objetiva do Estado.
- c) A demora injustificada da Administração em analisar o pedido de aposentadoria do servidor público não gera o dever de indenizá-lo.
- d) A pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público possui responsabilidade civil em razão de dano decorrente de crime de furto praticado em suas dependências.
- e) O Estado possui responsabilidade civil direta, primária e objetiva pelos danos que notários e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros.

22. Relativamente aos poderes administrativos e atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A sanção sofrida por um particular em caso de descumprimento de cláusula de contrato administrativo firmado com a Administração Pública constitui manifestação do poder de polícia.
- b) Atua com abuso de poder, na espécie excesso de poder, Secretário de Segurança Pública que removeu determinado assessor em razão de divergências de ideologia política.
- c) É inconstitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- d) Não pode ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo.
- e) O ato administrativo vinculado tem como característica a possibilidade de anulação apenas pela administração.

- 23.** Acerca dos bens públicos, é incorrecto afirmar que
- a) De acordo com o STJ, os bens das empresas públicas prestadoras de serviços públicos se sujeitam à penhora desde que eles não estejam diretamente ligados à prestação de serviços e desde que a penhora não comprometa a execução dessa atividade.
 - b) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
 - c) Os bens públicos dominicais estão sujeitos a usucapião.
 - d) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.
 - e) Bem público imóvel será, nos termos da Lei 14.133/2021, alienado mediante licitação na modalidade leilão, independentemente do valor do bem, atendidos os demais requisitos legais.

24. Sobre contratos administrativos, assinale a alternativa correta, com base nas disposições da Lei 14.133/2021

- a) Nos termos da Lei 14.133/2021, a Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato, dentro do prazo de 01 ano nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- b) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, sendo devida, entretanto, a devolução da garantia de proposta feita em favor do órgão ou entidade licitante.
- c) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).
- d) Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até

15% (quinze por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

- e) A divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) deverá ocorrer no prazo de 20 dias úteis, no caso de licitação, contados da data de sua assinatura.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

25. Assinale a alternativa correta

- a) Há vedação na Constituição Federal para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituírem isenções heterônomas sem qualquer exceção;
- b) É vedado a União cobrar empréstimos compulsório, em caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que instituiu ou aumentou;
- c) A imunidade é recíproca e extensiva às autarquias, às sociedades de economia mista e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;
- d) O II (imposto sobre importação) é de competência da União Federal, mas poderá, nas hipótese previstas na Constituição Federal, ser cobrado e fiscalizado pelos Estados-membros que se situam nas fronteiras do território nacional;
- e) em observância ao princípio da legalidade, no que diz respeito ao ICMS, a concessão e revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais deverá ser regulado por lei.

26. Sobre a imunidade tributária, está correta.

- a) Aplica-se a imunidade tributária exclusivamente ao patrimônio do sindicato patronal;
- b) Não se aplica a regra da imunidade aos sindicatos patronais, que é restrita, exclusivamente, aos templos de qualquer culto, às entidades de assistência social sem fins lucrativos e aos livros, jornais e periódicos.
- c) Para fins de verificação da existência ou não da imunidade, a orientação atual do Supremo Tribunal Federal, na linha da súmula 591, é a de que importa somente a posição de contribuinte de direito, não alcançando o contribuinte de fato, nem sendo considerada a repercussão econômica do tributo.
- d) a imunidade apenas se aplica aos impostos.
- e) a imunidade tributária deve ser aplicada ao imposto sobre produtos industrializados (IPI) na importação e exportação de produtos industrializados oriundos ou destinados ao exterior.

27. Sobre o ITCMD, assinale a opção incorreta

- a) Segundo entendimento do STJ, o termo inicial do prazo de decadência para lançamento do ITCMD *causa mortis*, tratando-se de processo de inventário, é o primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao da homologação judicial do cálculo do referido inventário;
- b) Admite-se a progressividade de alíquota do ITCMD;
- c) Em se tratando de processo de arrolamento sumário, a discussão relativa à correção de valores recolhidos a título de ITCMD deve ocorrer na via administrativa;
- d) Na doação de bens imóveis, o ITCMD compete ao Estado onde tiver o domicílio do doador;
- e) O ITCMD terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

28. Acerca das peculiaridades relacionadas ao ICMS, assinale a opção incorreta.

- a) A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais dependerá de acordo específico celebrado pelos Estados interessados;
- b) Obrigatoriamente o ICMS será não cumulativo e seletivo;
- c) O ICMS é não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa a circulação de mercadoria ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou por outro Estado;
- d) A concessão de crédito presumido, por ser benefício fiscal, depende de prévia celebração de convênio;
- e) A redação do art. 155, §2º, X, “c”, da CF/88, afirma que o ICMS não incidirá sobre o ouro quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.

29. Sobre o crédito tributário, assinale a alternativa incorreta com relação ao que está previsto no Código Tributário Nacional:

- a) A suspensão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações assessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso;
- b) A anistia é modalidade de exclusão do crédito tributário;
- c) A moratória é modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário;
- d) Suspende a exigibilidade do crédito tributário a concessão de medida liminar em mandado de segurança;
- e) A transação é causa extintiva do crédito tributário;

30. A alienação ou oneração de bens imóveis presume-se em fraude à execução em relação à Fazenda Pública a partir

- a) Do protesto da Certidão da Dívida ativa.
- b) Da inscrição do débito tributário na Dívida Ativa
- c) Do ajuizamento da ação de execução fiscal;
- d) Do despacho que ordenar a citação do executado;
- e) A partir da execução do executado.

31 - Estão protegidas pelo sigilo fiscal as informações relativas:

- a) representações fiscais para fins penais;
- b) inscrições na Dívida ativa da Fazenda Pública;
- c) parcelamento ou moratória;
- d) bens, negócios ou atividades do contribuinte ou terceiros;
- e) dados cadastrais do contribuinte

32. Não tem capacidade ou sujeição tributária passiva

- a) o menor impúbere;
- b) o louco de todo gênero
- c) o interdito.
- d) o ente despersonalizado
- e) a pessoa alheia ao fato gerador, mas obrigada pela Administração Tributária ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

33 - Sob uma perspectiva orçamentária, os empréstimos compulsórios com prazo de devolução superior a doze meses

- a) São classificados, quanto à entrada orçamentária, como receita corrente, por configurarem tributo;
- b) Auferem valores que integram a dívida pública mobiliária;
- c) Geram créditos exigíveis que integrarão a dívida ativa não tributária;
- d) São classificados como créditos públicos voluntários;
- e) Integram o montante da dívida pública flutuante.

34. É correto dizer que:

- a) ocorrendo alguma das hipóteses de suspensão do crédito tributário antes do fisco ter efetuado o lançamento tributário, este não poderá mais ocorrer enquanto a suspensão estiver vigente.
- b) Para o STF o ato de concessão de isenção fiscal não é discricionário.
- c) De acordo com o CTN, constitui caso de extinção do crédito tributário a concessão de isenção tributária.
- d) Os créditos contra a Fazenda pública utilizáveis na compensação podem ser tanto os vencidos como os vincendos.
- e) Uma lei que cria determinada anistia tributária atenderá ao que dispõe o CTN se, expressamente, anistiar as infrações cometidas antes e depois de sua edição.

35. Sobre o ITBI é correto afirmar:

- a) Incide sobre a transmissão gratuita ou onerosa de bens imóveis.
- b) De acordo com o CTN, o contribuinte do ITBI é o comprador do imóvel.
- c) Para o STJ, caso de imóvel arrematado em processo judicial, o cálculo do ITBI deve ser feito com base no valor da avaliação judicial.
- d) A transmissão apta a ensejar a incidência do ITBI pode ser ainda de direitos reais sobre bens imóveis, incluindo os de garantia.
- e) Para o STF a imunidade do ITBI não alcança valor de bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.

36. É considerado responsável solidário pelos tributos

- a) o filho menor, em relação aos tributos devidos por seus pais;
- b) a sociedade de pessoas, em relação aos tributos devidos por seus sócios;
- c) o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio
- d) o usuário do serviço notarial e de registro, pelos tributos decorrentes da prática de atos na serventia;
- e) o proprietário mandante, pelos tributos devidos por atos do administrador.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Josias Barcelos

37. Sobre a tutela de urgência, assinale a alternativa correta

- a) a estabilização da tutela antecipada em caráter antecedente possui a mesma natureza da coisa julgada.
- b) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito ou o perigo de dano.
- c) É cabível a tutela de evidência quando ficar caracterizado o abuso aparente do direito de defesa ou o potencial propulsório da parte.
- d) Não é cabível medida liminar em tutela de evidência.
- e) Poderá ser deferida e efetivada contra o poder público antes do trânsito em julgado do processo.

38. Julgue os itens a seguir acerca da Reclamação

I. Para garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade será admitida a Reclamação somente para decisão de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

II. Ao despachar a reclamação, o relator determinará a citação do beneficiário da decisão impugnada, que terá prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a sua contestação.

III. É admissível, no procedimento da Reclamação, a audiência de instrução e julgamento.

IV. Na hipótese de súmula vinculante, contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após esgotamento das vias administrativas.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) I e III.

39. De acordo com o STF, referente ao ato tipificado na Lei de improbidade administrativa

- a) É imprescritível as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso e decorrente de culpa grave.
- b) É imprescritível as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso.
- c) Não há imprescritibilidade para ações decorrentes de atos praticados em sede da lei de improbidade administrativa.
- d) Caso haja imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário, somente será legitimado o Ministério Público.
- e) Caso seja reconhecida a imprescritibilidade, não se admitirá a medida de indisponibilidade de bens.

40. Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

- a) Aplica-se subsidiariamente a Lei nº 12.153/09 somente o Código de Processo Civil.
- b) O valor de sessenta salários mínimos devem ser mensurados na data da citação do ente público.
- c) É competente para julgar o mandado de segurança em matéria de licitação, respeitado o limite de 60 salários mínimos.
- d) A lei 12.153/09 prevê expressamente o recurso inominado adesivo.
- e) Compete a turma recursal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial.

41. Em sede de mandado de segurança, de acordo com o STJ, embora não possua personalidade jurídica, a câmara de vereadores poderá demandar em juízo porque

- a) Possui personalidade judiciária para defender os seus direitos institucionais.
- b) Possui direitos da personalidade para defender os seus direitos institucionais.
- c) Possui parcela dos poderes do Executivo, para defender os seus direitos institucionais.
- d) Possui personalidade legislativa para defender os seus direitos institucionais.
- e) Possui legitimidade para garantir a higidez do processo legislativo.

42. Acerca da suspensão do processo, assinale a alternativa correta

- a) a tutela provisória obrigatoriamente conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
- b) quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa ou da declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente.
- c) pelo parto ou pela concessão de adoção à advogada, ou à esposa do advogado, desde que seja o(a) único(a) patrono(a) da causa.
- d) Se o conhecimento do mérito depender de verificação da existência de fato delituoso, o juiz pode determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça cível.
- e) pela procedência de incidente de resolução de demandas repetitivas.

43. Sobre a intervenção móvel prevista na Lei de Ação Popular

- a) é vedada na lei de improbidade administrativa.
- b) Somente poderá se abster de contestar em hipóteses taxativas previstas em lei.
- c) a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.
- d) Caso atue ao lado do autor a pessoa jurídica de direito público será mero amicus curiae.
- e) é permitida a determinados órgãos, desde que possuam capacidade judiciária.

44. Ao tratar das hipóteses de julgamento conforme o estado do processo, o CPC determina que o julgamento antecipado do mérito

- a) pode ser realizado de modo parcial, por meio de decisão interlocutória impugnável por agravo de instrumento.
- b) deve ser processado nos autos principais, no caso de liquidação e do cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito.
- c) deve utilizar a técnica processual denominada tutela provisória, nas modalidades de urgência ou de evidência.
- d) deve ser utilizado sempre que o réu for revel, porque, nesses casos, a instrução probatória é desnecessária.
- e) somente deve ser utilizado se o juiz estiver apto a prolatar decisão líquida; caso contrário, este deve prolongar a fase de conhecimento.

45. Julgue os itens, relativos a recursos cíveis

I. Segundo expressamente dispõe o CPC, para efeitos de oposição de embargos de declaração, considera-se omissa a decisão que deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

II. O juízo de primeiro grau recorrido, na hipótese de apelação, deverá fazer a análise de admissibilidade recursal.

III. É cabível recurso de apelação contra a decisão final do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

IV. Cabe recurso extraordinário, mas não recurso especial, contra as decisões das turmas recursais que julguem recurso inominado cível.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) I e III.

46. Sobre o curador especial, assinale a alternativa correta

a) o juiz nomeará o curador especial ao incapaz, ainda que tenha representante legal, enquanto durar a incapacidade.

b) o juiz nomeará o curador especial para o réu preso revel, somente nos casos de sentença criminal transitada em julgado.

c) o juiz nomeará o curador especial para o réu revel citado por edital ou com hora certa, mesmo após a constituição de advogado.

d) A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei.

e) Os municípios poderão exercer a curatela especial, para os seus servidores que comprovarem insuficiência de recursos financeiros.

47. Sobre o que prevê o CPC acerca do incidente de resolução de demandas repetitivas, assinale a alternativa correta

- a) Serão exigidas custas processuais no incidente.
- b) O pedido será dirigido ao presidente do tribunal por petição, nas hipóteses de juiz e relator.
- c) A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente.
- d) A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade impede que seja o incidente novamente suscitado.
- e) Não observada a tese adotada no incidente, caberá mandado de segurança.

48. O autor da demanda que define o valor da causa quando da propositura da inicial, porém utiliza de critério diverso apenas para a fixação dos honorários advocatícios, afronta ao princípio

- a) da celeridade.
- b) da publicidade.
- c) da eficiência.
- d) da ampla defesa.
- e) da boa-fé objetiva.

ASPECTOS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL APLICADOS À FAZENDA PÚBLICA

Igor Maciel

49. No que se refere à remessa necessária, é correto afirmar:

- a) A doutrina majoritária considera o reexame necessário como um recurso.
- b) A sentença que estiver fundada em acórdão proferido pelo STF ou pelo STJ em julgamento de recursos repetitivos está sujeita à remessa necessária.
- c) Está sujeita ao reexame necessário a sentença que estiver fundada em súmula de tribunal superior.
- d) No reexame necessário é defeso ao tribunal agravar a condenação imposta à Fazenda Pública.
- e) É cabível reexame necessário quando a condenação ou proveito econômico obtido na causa for de valor líquido e certo superior a 500 (quinientos) salários-mínimos para as capitais de Estado.

50. Conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores relativa a aspectos da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional foro por prerrogativa de função para Procuradores do Estado.
- b) Para que o Procurador do Estado possa propor ação civil pública (ex: ação civil pública de improbidade administrativa), não é necessária autorização do Govenador do Estado. No entanto, é indispensável a anuênciam do Procurador-Geral do Estado.
- c) É inconstitucional a percepção de honorários de sucumbência aos Procuradores de Estado, ainda que observado o teto previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal, no somatório total das verbas remuneratórias recebidas mensalmente.
- d) É constitucional lei que preveja que o subsídio dos Procuradores será equivalente a um percentual do subsídio dos Ministros do STF.
- e) Os procuradores (do Estado, do Município, da ALE, da Câmara, etc) não possuem legitimidade para a interposição de recursos em ação direta de inconstitucionalidade.

51. Acerca da Lei nº 12.016/2009 – Lei do Mandado de Segurança – é correto afirmar:

- a) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- b) Ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste as informações;
- c) Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo interno, observado o disposto no CPC.
- d) Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe agravo de instrumento.
- e) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.

52. No tocante ao sistema de precatórios, assinale a alternativa correta:

- a) O credor não poderá ceder seus créditos em precatórios a terceiros.
- b) É permitida a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total aos limites da requisição de pequeno valor (RPV).
- c) O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.
- d) Não é permitido ao credor, ainda que estabelecido em lei da entidade federativa devedora, a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federado.
- e) A cessão de precatórios produzirá efeitos independentemente de comunicação ao tribunal de origem e à entidade devedora.

53. A Lei nº 12.153/2009 dispõe acerca dos Juizados Especiais da Fazenda Pública. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a) Quanto às citações e intimações, não se aplica o CPC aos Juizados Especiais da Fazenda Pública mas, sim, as disposições próprias da Lei 12.153/2009.
- b) Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito formal.
- c) O pedido de uniformização fundado em divergência entre Turmas do mesmo Estado será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência de desembargador indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) Quando as Turmas de diferentes Estados derem a lei federal interpretações divergentes, ou quando a decisão proferida estiver em contrariedade com súmula de tribunais superiores, o pedido será julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) Não haverá reexame necessário nas causas submetidas aos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

54. Sobre o procedimento de tutela antecipada, assinale a alternativa correta:

- a) Concedida a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, I - o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.
- b) Não aditando o autor a inicial, o processo será extinto com resolução do mérito.
- c) O aditamento da inicial se dá em autos apartados, com incidência de novas custas processuais.
- d) Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 10 (dez) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.
- e) O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada extingue-se após 1 (um) ano, contado da ciência da decisão que extinguiu o processo.

55. Com relação à Execução, é correto afirmar:

- a) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 60 (sessenta) dias.
- b) Nos embargos, a Fazenda Pública poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento.
- c) Não é cabível execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública.
- d) Na execução fundada em título executivo extrajudicial que contenha obrigação alimentar, o juiz mandará citar o executado para, em 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das parcelas anteriores ao início da execução e das que se vencerem no seu curso, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo.
- e) O modo de pagamento de quantia certa pela Fazenda Pública é o sistema de precatórios, ainda que o valor seja considerado, juridicamente, pequeno.

56. É correto afirmar, acerca da ação monitória:

- a) A prova escrita não pode consistir em prova oral documentada.
- b) É inadmissível ação monitória em face da Fazenda Pública.
- c) Na ação monitória é admitida a reconvenção à reconvenção.
- d) Independentemente de prévia segurança do juízo, o réu poderá opor, nos próprios autos, no prazo de 15 (quinze) dias, embargos à ação monitória.
- e) Sendo a ré Fazenda Pública, não apresentados os embargos à ação monitória, extingue-se a ação com resolução de mérito.

57. Acerca da competência em matéria de Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

- a) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.
- b) São de competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.
- c) Não são de competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;
- d) A competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública é relativa.
- e) São de competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;

58. Com relação aos honorários advocatícios, assinale a alternativa correta:

- a) São devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, e na execução, resistida ou não; porém, não são devidos honorários na reconvenção nem nos recursos interpostos.
- b) Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por arbitramento.
- c) Serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.

d) Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo permitida a compensação em caso de sucumbência parcial.

e) Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará o mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos.

59. Assinale a alternativa correta acerca da desapropriação:

- a) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em títulos da dívida pública.
- b) Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação.
- c) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até dez anos.
- d) Não são isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
- e) Somente as benfeitorias necessárias serão indenizadas em dinheiro.

60. A Lei 8.429/1992 dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos em caso de cometimento de atos de improbidade administrativa. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a) O integral resarcimento do dano só se dará em caso de lesão ao patrimônio público por ação ou omissão dolosa agente ou de terceiro.
- b) O sucessor do agente público que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não fica sujeito às cominações legais da Lei 8.429/92.
- c) A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de vinte dias da efetivação da medida cautelar.
- d) As disposições da Lei 8.429/92 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta. de improbidade administrativa não admitem a celebração de acordo de não persecução cível.
- e) Nenhuma das anteriores.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

61. Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que:

- a) se constituírem;
- b) em regra, estiver domiciliado o seu proprietário;
- c) estiver domiciliado o seu proprietário, quando se tratar de penhor;
- d) em que estiverem situados;
- e) for firmado o contrato, no caso de compra e venda.

62. Não é causa que cessa a menoridade:

- a) o casamento de menor de dezesseis anos;
- b) o exercício de emprego público efetivo;
- c) a colação de grau em curso de ensino superior;
- d) o estabelecimento civil ou comercial, ou a existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria;
- e) a emancipação voluntária por concessão dos pais.

63. Em relação aos direitos da personalidade, é correto afirmar que:

- a) são intransmissíveis e irrenunciáveis;
- b) em se tratando de morto, terá legitimidade para exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danoso cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau;
- c) é defeso o ato de disposição do próprio corpo em qualquer hipótese;
- d) o uso da imagem de torcedor inserido no contexto de uma torcida não induz a reparação por danos morais quando não configurada a projeção, a identificação e a individualização da pessoa nela representada;
- e) sem autorização, não se pode usar a imagem alheia em propaganda comercial, ainda que a pessoa esteja inserida em uma multidão.

64. Estará impedida, suspensa ou interrompida a decadência:

- a) quando pender condição suspensiva;
- b) quando não estiver vencido o prazo;
- c) quando for direito relacionado ao menor de dezesseis anos;
- d) quando se referir a relação entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;
- e) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra;

65. O negócio jurídico não será considerado nulo quando:

- a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz;
- b) celebrado por pessoa que não consegue exprimir sua vontade por causa permanente;
- c) não revestir a forma prescrita em lei;
- d) quanto ao motivo determinante, apenas quando ele for ilícito e comum a ambas as partes;
- e) tiver por objetivo fraudar lei imperativa.

66. Em relação ao contrato de depósito, é incorreto afirmar que:

- a) no depósito voluntário, recebe o depositário um objeto móvel, para guardar, até que o depositante o reclame;
- b) é depósito necessário o que se faz em desempenho de obrigação legal;
- c) é depósito necessário o que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação, o naufrágio ou o saque;
- d) o depósito voluntário provar-se-á por testemunho;
- e) o depósito necessário não se presume gratuito.

67. Na venda com reserva de domínio, o domínio permanece com o vendedor até que a última prestação seja paga pelo comprador. Ela é uma venda condicional aperfeiçoada com o pagamento (evento futuro e incerto). Nesse tipo de contrato, a referida cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e:

- a) já passa a ser oponível a terceiros.
- b) depende de registro, em qualquer cartório, para valer contra terceiros.
- c) depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.
- d) depende de registro no domicílio do vendedor para valer contra terceiros.
- e) depende de registro no cartório competente do local indicado pelo comprador.

68. Carlos obrigou-se, mediante negócio jurídico firmado, a vender um carro ou uma moto a Joaquim mediante o recebimento de determinada quantia em dinheiro. Sendo essa uma obrigação alternativa, é correto afirmar que:

- a) se nada houver sido estipulado no negócio jurídico, a escolha do item a ser comprado cabe ao devedor;
- b) se nada houver sido estipulado no negócio jurídico, a escolha do item a ser comprado cabe ao credor;
- c) no caso, poderá o credor obrigar o devedor a receber parte em uma prestação e parte em outra;
- d) no caso, poderá o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra;

e) se a venda do carro se tornar impossível por culpa do devedor, restará ao credor apenas o direito de exigir a prestação subsistente.

69. Uma grande represa situada no Estado X rompeu em razão da falta de manutenção e fiscalização pelos órgãos responsáveis, o que caberia principalmente ao Poder Público estadual. Em relação à responsabilidade civil do Estado por omissão, é correto afirmar que:

- a) será subjetiva, em qualquer situação;
- b) seria objetiva, bem como a do agente omissivo;
- c) é excluída quando verificada a culpa exclusiva do agente;
- d) é objetiva quando relativa a atividade naturalmente perigosa;
- e) sendo caso de omissão, a culpa do Estado X deverá ser comprovada.

70. Em relação ao condomínio edilício e às obrigações relativas aos condôminos, é correto afirmar que:

- a) o imóvel gerador dos débitos condominiais pode ser objeto de penhora em cumprimento de sentença, ainda que somente o ex-companheiro tenha figurado no polo passivo da ação de conhecimento;
- b) é direito do condômino contribuir para as despesas do condomínio na proporção das suas frações ideais;
- c) apesar das limitações legais às alterações estéticas da edificação, é permitido que o condômino altere a forma da fachada, não sendo permitido que altere a sua cor;
- d) as despesas relativas a partes comuns de uso exclusivo de um condômino devem ser incluídas no cálculo da taxa condominial, já que é custo distribuído entre todos;
- e) o prazo prescricional para cobrar taxas condominiais é de dez anos, pois não há previsão específica no Código Civil.

DIREITO DO TRABALHO

Lucas Pessoa

71. Quanto ao Direito Coletivo do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É facultado aos Sindicatos, quando em número não inferior a três, desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, organizarem-se em federação.
- b) O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão.
- c) O empregador exigirá do empregado no ato da sua admissão a apresentação da prova de quitação da contribuição sindical.
- d) Ainda que frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é proibida a cessação coletiva do trabalho através de greve.
- e) As atividades médico periciais relacionadas com o regime geral de previdência social e assistência social não estão elencadas no rol legal dos serviços ou atividades essenciais.

72. Analise:

- I. A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de três, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
 - II. A remuneração da hora extra será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.
 - III. O banco de horas poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.
 - IV. É direito do trabalhador jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- a) somente II está correta.
 - b) somente I e II estão corretas.
 - c) somente I está correta.
 - d) somente III e IV estão corretas.
 - e) somente II, III e IV estão corretas.

73. Em relação ao instituto jurídico da prescrição no Direito do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As pretensões quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescrevem em cinco anos para os trabalhadores urbanos e em dois anos para os rurais.
- b) As pretensões quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescrevem em dois anos para os trabalhadores urbanos e em cinco anos para os rurais.
- c) Não há aplicação da prescrição intercorrente na execução de processos que envolvam verbas oriundas de contratos de trabalho.
- d) A fluência do prazo prescricional intercorrente no âmbito trabalhista inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.
- e) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, exceto se ajuizada em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.

74. Assinale a alternativa CERTA:

- a) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quinze dias, nos termos da lei.
- b) Os contratos de trabalho celebrados com a Administração Pública sem concurso público após a Constituição Federal de 1988 são nulos, sem que se possa reconhecer qualquer direito ao trabalhador.
- c) Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, com prejuízo da remuneração.
- d) A estabilidade provisória da empregada gestante começa a ser garantida a partir do momento em que a empregada comunique a sua gravidez ao empregador.
- e) A eliminação da insalubridade, pelo fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo, exclui a percepção do adicional respectivo.

75. Sobre os períodos de descanso entre as jornadas de trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) Os intervalos de descanso serão computados na duração do trabalho.
- b) Entre 2 jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 12 horas consecutivas para descanso.
- c) Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 3 (três) horas.
- d) Não excedendo de 6 horas o trabalho, será obrigatório um intervalo de 15 minutos quando a duração ultrapassar 4 horas.
- e) A não concessão do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 70% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

76. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário
- b) Não se configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios das empresas prestadoras de serviços, qualquer que seja o seu ramo, e a empresa contratante.
- c) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.
- d) A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.
- e) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária dos entes integrantes da Administração Pública direta e indireta tomadores dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessoa

77. Quanto à aplicabilidade do Código de Processo Civil e da Lei de Execuções Fiscais ao Processo do Trabalho,

- a) Inaplicável ao processo do trabalho a ordem preferencial de penhora estabelecida no art. 835 da Lei no 13.105
- b) a Consolidação das Leis do Trabalho não apresenta dispositivos tratando do tema, ficando a critério do julgador a exegese cabível aplicada ao caso concreto.
- c) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo que for incompatível com as normas previstas no denominado Processo Judiciário do Trabalho.
- d) na fase de execução do Processo do Trabalho não serão aplicados os preceitos que regem os executivos fiscais para cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.
- e) a Lei de Execuções Fiscais será aplicada de forma concorrente e preferencial aos trâmites e incidentes na fase de execução do Processo do Trabalho, de forma que prevalecerão tais normas ainda que contrariem as regras previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.

78. Quanto à forma de reclamação e notificação nos dissídios individuais, assinale a alternativa CERTA:

- a) Sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, se se tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento.
- b) Recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou secretário, dentro de 48 horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência do julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 10 dias
- c) Oferecida a contestação, ainda que eletronicamente, o reclamante poderá desistir da ação, mesmo sem o consentimento do reclamado.

- d) Recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou secretário, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência do julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 8 (oito) dias.
- e) Nenhuma das anteriores.

79. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Sobre a execução no processo do trabalho, considerando entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho: Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.
- b) Os embargos à execução são processados nos mesmos autos da execução, podendo haver audiência para produção de provas com oitiva de testemunhas arroladas pelas partes. Não sendo arroladas testemunhas, o juiz proferirá sua decisão dentro de cinco dias.
- c) No caso de ação coletiva em que sindicato atue como substituto processual na defesa de direitos individuais homogêneos, o entendimento do TST é de que o pagamento individualizado do crédito devido pela fazenda pública aos substituídos não afronta a proibição de fracionamento do valor da execução para fins de enquadramento em pagamentos da obrigação como requisição de pequeno valor.
- d) A execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal em qualquer caso.
- e) Segundo o STF, o prazo de trinta dias para a fazenda pública embargar a execução é constitucional e não ofende os princípios da isonomia e do devido processo legal.

80. Considerando às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que

- a) não são devidos honorários de sucumbência na reconvenção.
- b) quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juízo condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa e subsidiariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.
- c) para manifestação acerca da exceção de incompetência territorial o reclamante e, se existentes, os litisconsortes, o prazo será de 5 (cinco) dias, sucessivos.
- d) na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.
- e) a nulidade será pronunciada ainda que arguida por quem lhe tiver dado causa.

81. Com relação ao depósito recursal, é INCORRETO afirmar que:

- a) No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- b) O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.
- c) O depósito recursal será feito em conta vinculada ao empregado e corrigido pela SELIC.
- d) O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
- e) O depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso. A interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.

82. Em relação à competência para julgar, é correto afirmar:

- a) A Justiça do Trabalho não é competente para julgar ações de reparação de danos morais e materiais contra empregadores decorrentes de acidente de trabalho.
- b) É competente a própria Vara do Trabalho para a ação rescisória contra a sentença por ela proferida.
- c) Ocorrendo conflito de jurisdição em Dissídio Coletivo entre o TRT/2^a Região e o TRT/15^a Região, a competência pertence ao TRT/2^a Região.
- d) É competente o TST para julgar ação anulatória contra sentença normativa proferida pelo TRT da 2^a Região.
- e) A Justiça do Trabalho é competente para julgar ação acidentária contra o INSS.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

83. Quanto às áreas de preservação permanente e à reserva legal, assinale a alternativa correta:

- a) A reserva legal, quando se tratar de imóvel urbano, corresponderá à área mínima de 20% do referido imóvel.
- b) A reserva legal só poderá ser explorada de forma sustentável nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental.
- c) O manejo florestal sustentável da vegetação da Reserva Legal sem propósito comercial depende de autorização do órgão competente.
- d) Não será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.
- e) O registro da Reserva Legal no Cadastro Ambiental Rural - CAR não desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis, haja vista a garantia da proteção da confiança.

84. A assembleia legislativa de um determinado Estado, visando garantir a proteção ambiental em seu território e com base no princípio da precaução, aprovou lei estadual que proíbe, no respectivo Estado, a operação de usina que opere reator nuclear. Essa lei estadual:

- a) É constitucional, pois a tutela ambiental possui fundamento constitucional.
- b) É constitucional, pois a competência legislativa ambiental é concorrente entre União, Estados e DF.
- c) É inconstitucional, pois a competência legislativa ambiental é concorrente entre União e Municípios.
- d) É constitucional, haja vista que o princípio da precaução se aplica quando os riscos ou danos ambientais são incertos, desconhecidos.
- e) É inconstitucional, por invasão da competência privativa da União para legislar sobre atividades ou instalações nucleares.

85. Quanto à Política Nacional de Resíduos Sólidos, assinale a alternativa correta:

- a) A lei nº 12.305/2010, que instituiu a PNRS, ante seu caráter geral, se aplica aos rejeitos radioativos.
- b) É princípio da PNRS, dentre outros, a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública.
- c) Dentre os instrumentos da PNRS estão os acordos supranacionais.
- d) Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- e) A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 30 (trinta) anos, a ser atualizado a cada 5 (cinco) anos.

86. Um empreendedor pretende exercer atividade em uma Área de Proteção Ambiental – APA instituída pela União, APA essa localizada no Município 'y' e no Estado 'x'. Essa atividade é de pequeno porte, e causa impacto ambiental de âmbito local. Neste caso:

- a) O ente responsável pelo licenciamento será a União, haja vista que é o ente instituidor da área de proteção ambiental.
- b) O ente responsável pelo licenciamento será o Município 'y', pois o impacto ambiental é apenas local.
- c) O ente responsável pelo licenciamento será o Estado 'x', que detém a competência para licenciar unidades de conservação em seu território.
- d) Não é possível o exercício de atividades privadas em Área de Proteção Ambiental – APA.
- e) A competência para licenciar é compartilhada entre a União e o Município 'y'.

87. Foi construída, há muitos anos e de forma irregular, uma casa de veraneio à beira de um lago, em área de preservação permanente. O Ministério Público ajuizou ação civil pública para obrigar o proprietário a demolir o imóvel, garantindo a preservação da área. Neste caso:

- a) A ação civil pública não é instrumento adequado para a defesa do meio ambiente, devendo o MP se utilizar de uma ação demolidória.
- b) A ação deverá, no mérito, ser julgada improcedente, pois em decorrência do transcurso do tempo operou-se a aplicação da teoria do fato consumado.
- c) A ação visando reparar o meio ambiente prescreve no prazo de 5 anos, contado da ocorrência do dano.
- d) O Ministério Público deveria ajuizar uma ação popular para anular o ato lesivo ao meio ambiente.
- e) A ação, no mérito, deve ser julgada procedente, pois não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de direito ambiental.

88. A empresa “Frutas e Saúde”, que atua na produção e venda de frutas, localizada no Vale do Paraíba, acaba utilizando recursos hídricos de um curso d’água, sem a devida outorga, através do desvio de água. Quanto à hipótese descrita, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta descrita na alternativa não constitui infração administrativa por falta de previsão legal, devendo a empresa ser responsabilizada apenas civilmente, com a reparação do dano causado.
- b) A empresa deverá regularizar sua situação, solicitando a outorga do direito de uso ao Município onde se localiza a empresa, que detém a competência para a concessão do ato.
- c) Poderá ser aplicada, como sanção administrativa, o embargo provisório, por prazo determinado, para execução de serviços e obras necessárias ao efetivo cumprimento normas referentes ao uso, controle, conservação e proteção dos recursos hídricos.
- d) A responsabilidade administrativa ambiental afasta a responsabilidade civil, evitando o bis in idem.
- e) A conduta praticada pela empresa não constitui infração administrativa, pois neste caso a outorga de direito de uso de recursos hídricos é dispensada, não havendo que se falar, também, em responsabilidade civil.

89. Quanto à política urbana, assinale a alternativa correta.

- a) Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.
- b) Compete aos Municípios, tendo em vista o interesse local, instituir diretrizes para desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico, transporte e mobilidade urbana, que incluem regras de acessibilidade aos locais de uso público.

c) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida agrária.

d) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano. Poderá, entretanto, ser proprietário de outro imóvel rural.

e) O proprietário urbano poderá conceder a outrem, sempre de forma onerosa, o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura particular registrada no cartório de registro de imóveis.

90. Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela lei 9.985/2000, assinale qual unidade não pertence ao grupo de proteção integral.

- a) Monumento Natural.
- b) Estação Ecológica.
- c) Refúgio de Vida Silvestre.
- d) Floresta Nacional.
- e) Reserva Biológica.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

91. Segundo a Constituição Federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com diversas finalidades. Assinale a afirmativa incorreta.

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do poder judiciário.
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

92. Segundo o ordenamento pátrio, um ato normativo que disponha sobre a sustentabilidade da dívida, especificando indicadores de sua apuração, níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida, dentre outros assuntos pertinentes, deve ser, necessariamente:

- a) Uma lei ordinária
- b) Uma lei complementar
- c) Uma emenda constitucional
- d) Um decreto presidencial
- e) Um ato regulamentar

93. As leis orçamentárias, como o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais são de iniciativa:

- a) Do Poder Executivo.
- b) Do Senado Federal, tratando-se da União.
- c) Do Poder Judiciário.
- d) Da Câmara de Vereadores, tratando-se dos Municípios.
- e) Dos Tribunais de Contas.

94. Sobre a lei de orçamentos, disciplinada pela Lei 4.320/64, assinale a afirmativa correta.

- a) A Lei de Orçamento compreenderá as principais despesas do governo e da administração centralizada.
- b) A Lei de Orçamento consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.
- c) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, com as devidas deduções.
- d) A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.
- e) A Lei do Orçamento conterá a discriminação das principais receitas e despesas de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo.

95. Sobre as receitas públicas, assinale a afirmativa incorreta:

- a) São Receitas de Capital as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- b) A receita é classificada nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
- c) São exemplos de Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.

d) São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.

e) São Receitas de Capital os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

96. Sobre o direito de empresa, é correto afirmar que:

- a) A empresa individual de responsabilidade limitada poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.
- b) O nome da empresa individual de responsabilidade limitada será por meio de firma formada pela inclusão da expressão "EIRELI", após a designação da atividade desenvolvida.
- c) É dispensada a integralização do capital para se constituir uma empresa individual de responsabilidade limitada.
- d) É vedado constituir empresa individual de responsabilidade limitada para a prestação de serviços de qualquer natureza, cuja remuneração decorra da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional.
- e) A pessoa física ou natural poderá constituir e figurar como sócia em mais de uma empresa individual de responsabilidade limitada, desde que, devidamente limitada a sua participação em relação a cada uma das sociedades constituídas.

97. De acordo com que dispõe o Código Civil a respeito ao Direito Empresarial, assinale a alternativa incorreta:

- a) O incapaz (menor de idade ou interditado) pode ser empresário individual excepcionalmente, conforme consta dos arts 974 ao 976 do Código Civil. Sendo que, para a criação da empresa, dependerá de representação ou assistência.
- b) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos;
- c) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas;
- d) Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes.
- e) Não é permitido nomear gerentes

98. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O empresário casado pode, desde que com outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- b) O empresário individual não tem personalidade jurídica, não há separação patrimonial, isso significa que ele é titular de um único patrimônio, o qual envolve os bens pessoais e também os bens empresariais.
- c) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- d) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.
- e) O Empresário casado segue os mesmos padrões distintos da outorga conjugal para a vida civil.

99. Sobre a falência, é possível dizer que:

- a) A decretação da falência implica a suspensão de todas as ações propostas contra o devedor, inclusive as que demandarem quantia ilíquida.
- b) Contra o ato judicial que decreta a falência cabe apelação, que possui efeitos devolutivo e suspensivo.
- c) A falência do locador não resolve o contrato de locação; falindo o locatário, o administrador judicial poderá denunciar o contrato a qualquer tempo.
- d) A inabilitação imposta ao empresário falido tem caráter perpétuo.
- e) A ineficácia se dá em todos os atos de falência.

100. Tem-se que registro do empresário é considerado constitutivo, requisito da atividade empresarial. Além disso inscrição do empresário, no que se refere ao tempo, deve ser requerida no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede:

- a) Antes do início de sua atividade.
- b) Logo após o início de sua atividade.
- c) Antes ou logo após o início de sua atividade.
- d) Antes ou durante o exercício de sua atividade.
- e) Concomitantemente ao exercício da atividade.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Regular-de-Procuradoria-03-07>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
